

fonte: O ESP

class.: 13

data: 14/3/95

pg.: A2

JOSÉ GOLDEMBERG

## As causas e as conseqüências

Existe uma história — provavelmente apócrifa — de que houve, em 1963, uma importante e secreta reunião dos escalões mais elevados do governo americano para decidir o que fazer caso a aproximação Estados Unidos-União Soviética se concretizasse.

Na ocasião, John Kennedy era presidente dos Estados Unidos e adiantados estavam os esforços para chegar a um acordo para eliminação das armas nucleares, carro-chefe da corrida armamentista.

Naquela ocasião a economia da nação americana estava em boa parte voltada para a guerra fria e, se esta desaparecesse, a indústria americana enfrentaria dias difíceis.

Era evidente, portanto, o esforço do complexo militar-industrial em manter a guerra fria como base da prosperidade que os Estados Unidos atravessavam desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Muito provavelmente o mesmo ocorria na União Soviética, onde as forças armadas e o enorme complexo de indústrias militares eram os setores mais privilegiados da nova aristocracia.

Sob o impacto dessas pressões, a reunião secreta de 1963 fracassou: as armas nucleares não foram eliminadas, exceto pela proibição de testes na atmosfera, e a corrida armamentista continuou por mais 30 anos. Só nos anos mais recentes, com a perestroika de Gorbachev e, depois, a dissolução da União Soviética, é que se iniciaram esforços sérios de desarmamento, com a destruição de ogivas nucleares e a redução dos orçamentos militares.

A reconversão das indústrias militares em indústrias civis está ocorrendo muito mais lentamente do



**As nações mais ricas é que causaram alterações na composição da atmosfera**

que seria desejável, mas progride.

A moral da história acima é que a histeria anticomunista dos anos 50 nos Estados Unidos e o exagero sistemático da ameaça soviética e a guerra fria atuaram como os *motores* da corrida armamentista, que absorveu recursos imensos dos principais contendores (União Soviética e Estados Unidos), consumindo parte apreciável do seu produto interno bruto (mais do que

educação e saúde) e levando, finalmente, a União Soviética à ruína econômica.

Se essa estratégia era eticamente justificável, caberá aos historiadores analisar. O que desejamos salientar aqui é que sem uma decisão política clara — como a de derrotar um inimigo real ou imaginário — é muito difícil convencer milhões de cidadãos e a sociedade como um todo a se movimentar numa dada direção.

Esse é o problema que muitos cientistas e até alguns estadistas estão enfrentando em relação ao problema das mudanças climáticas.

Sabe-se que a ação do homem, sobretudo neste século, está alterando a composição da atmosfera e que decorrerão daí graves conseqüências, como o aquecimento da Terra, elevação do nível do mar e aumento das oscilações climáticas.

Sabe-se, também, que a principal causa destas perturbações é a queima de combustíveis fósseis, carvão, petróleo e gás, e que seria preciso reduzir esta queima. Contra isso existe uma enorme resistência, não só das empresas de petróleo e carvão, como da própria população, que deseja automóveis, eletricidade, ar condicionado e outros benefícios da tecnologia moderna. Como pequena parte

da população mundial — a dos países desenvolvidos — já tem acesso a esses benefícios, é muito difícil negá-los à população nos países em desenvolvimento, onde se encontra mais de 70% da população mundial.

Várias estratégias têm sido propostas para evitar o desastre que pode resultar de um consumismo desenfreado estendido a toda a população mundial. Uma delas, que não volta as costas ao progresso, é a procura de opções para o uso de combustíveis fósseis. De fato, o desenvolvimento de fontes alternativas de energia está deixando de ser uma ocupação de laboratórios de pesquisa para começar a competir no mercado: por exemplo, o uso de células fotovoltaicas para geração de eletricidade já atingiu um estágio maduro do ponto de vista técnico e o que é necessário agora é que seu custo baixe, graças ao uso em grande escala (como ocorreu com outras tecnologias no passado).

A dificuldade com esta e outras alternativas é que ninguém deseja bancar os custos iniciais, que podem ser elevados, para introduzi-las no mercado. Com a ascensão do neoliberalismo econômico no mundo todo, o papel dos governos tem se reduzido e os empresários não desejam arcar com os custos das novas tecnologias, uma vez que existem, no momento, melhores opções.

Seria uma atividade típica de governo investir a mais longo prazo, tendo em vista o bem comum da população, sobretudo pensando no futuro. Isso é difícil de fazer em países pobres, onde há problemas mais urgentes, como inundações e a própria pobreza. Cabe, portanto, aos países mais ricos assumir a liderança, mesmo porque o problema das mudanças climáticas é global e vai afetá-los também.

A Convenção sobre o Clima, que foi o resultado da Conferência do Rio em 1992, reconhece especificamente a responsabilidade das nações mais

ricas em tomar medidas que evitem um mal maior, mesmo porque elas é que causaram as alterações da composição da atmosfera que ocorreram até agora. Além da responsabilidade, são elas que têm a tecnologia e os recursos para arcar com os custos de qualquer mudança significativa da política energética.

Um fundo mundial de pequeno vulto já foi criado por várias organizações das Nações Unidas, mas seria preciso reforçá-lo significativamente. A idéia mais popular no momento; sobretudo na Europa, é a de impor uma taxa de US\$ 1 por barril de petróleo para um fundo internacional, especialmente destinado a promover alternativas energéticas. Essa taxa encareceria os derivados de petróleo (e carvão) em menos de 10% e seria perfeitamente tolerada pela economia mundial, que já enfrentou aumentos muito maiores do custo do petróleo na década dos 70, quando o barril do petróleo subiu a quase US\$ 40. Hoje ele custa menos de US\$ 20. A taxa em si seria muito pequena para desencorajar o uso exagerado de derivados de petróleo, mas seria suficientemente grande para sinalizar uma política de substituição de combustíveis e permitiria juntar US\$ 5 bilhões ou US\$ 6 bilhões por ano para promover alternativas.

As preocupações com as modificações climáticas se transformariam, assim, num motor para a introdução de uma política energética mais racional, da mesma forma que a guerra fria promoveu o complexo industrial-militar após a 2ª Guerra Mundial.

Esta é uma idéia eminentemente razoável, à qual o Brasil poderia se associar, sobretudo depois do papel inovador que teve ao introduzir o Programa do Álcool, o maior programa de energias renováveis no mundo.

■ José Goldemberg foi reitor da USP e ministro da Educação